

Grendene[®]

Companhia Aberta

CNPJ: 89.850.341/0001-60

NIRE: 23300021118-CE

**Proposta da Administração para
Assembleia Geral Ordinária**

06 de abril de 2015

GRENDENE S.A. COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº. 89.850.341/0001-60 - NIRE nº. 23300021118-CE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A **Grendene S.A** (BM&FBOVESPA: **GRND3**) apresenta a Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária descrita a seguir, com base no Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária de 06 de abril de 2015 às 9:30 horas, na sede social da Companhia.

Em atendimento ao disposto na **Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009** apresenta:

- **Anexo I – art. 9º, inciso III** - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência. Página 03
- **Anexo II – art. 9º § 1º item II – Anexo 9-1-II** – Destinação do Lucro Líquido Página 24
- **Anexo III – art. 12, inciso I e II** - Proposta de remuneração dos administradores - item 13 do formulário de referência. Página 31

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 06 de abril de 2015, às 9h30 horas, em sua sede social na Av. Pimentel Gomes, 214, na cidade de Sobral, Estado do Ceará, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e/ou financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.
- b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2014 e a ratificação das antecipações e da distribuição do saldo de dividendos, de acordo com a Proposta dos órgãos da Administração da Companhia.
- c) Fixar a remuneração global dos administradores de acordo com o art. 14 do Estatuto Social.

Informações Gerais: Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar a sua qualidade como tal, apresentando, com até **02 (dois) dias** de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral o documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária, por original ou cópia enviada por fac-símile, através do número 0XX-54-2109-9991 e/ou cópia digitalizada pelo e-mail dri@grendene.com.br. Os acionistas representados por procuradores deverão exhibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Os originais dos documentos antes mencionados, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento de abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral (art. 10 do Estatuto Social).

Em cumprimento a Instrução CVM nº 481/09, em seu artigo 5º, parágrafo 2º, o acionista que comparecer à assembleia, munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

A Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09, e os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas no site da CVM/BOVESPA e no site da Companhia <http://ri.grendene.com.br>

Anexo I

10 Comentários dos Administradores

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Na opinião da administração a empresa está em sólida situação econômica e financeira.

No aspecto financeiro os saldos mantidos em caixa, equivalentes de caixa e/ou aplicações financeiras trazem tranquilidade que a Companhia tem plenas condições de honrar todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

No aspecto econômico, a Companhia tem demonstrado capacidade de obter lucros mesmo em cenários adversos remunerando o capital investido de forma que consideramos adequada e distribuindo dividendos que excedem os dividendos obrigatórios nos últimos 10 anos.

Os dados que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Grendene referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014 podem ser evidenciados pelos quadros a seguir e complementadas pelos itens 10.1.b, 10.1.c, 10.1.d, 10.1.e, 10.1.f, 10.1.g, 10.1.h e 10.2 desta proposta.

Ano (Em milhares de reais)	Patrimônio líquido ¹ inicial	Lucro líquido	Dividendos	Reinvestimento	Retorno s/ Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ¹ final
2012	1.713.743	429.003	293.503	135.500	25,0%	1.848.309
2013	1.848.309	433.540	300.057	133.483	23,5%	1.957.295
2014	1.957.295	490.244	220.814	269.430	25,0%	2.232.649

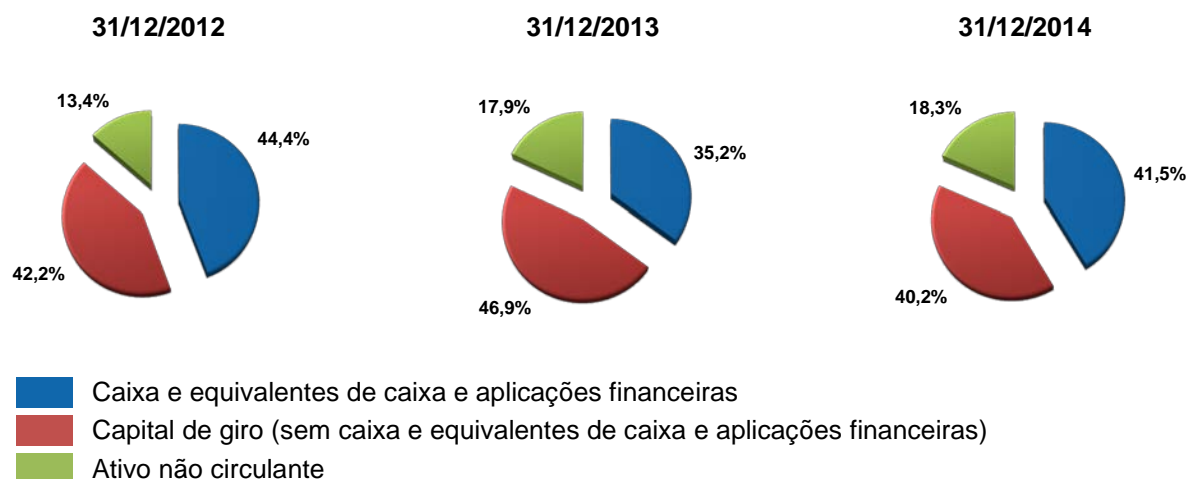
1) Patrimônio líquido ajustado com a exclusão do saldo de dividendos a pagar.

Liquidez	2012	2013	2014
Liquidez Geral	6,0	6,6	6,3
Liquidez corrente	5,1	5,9	6,8
Liquidez seca	4,5	5,2	6,0

Rentabilidade	2012	2013	2014
Margem líquida	22,8%	19,8%	22,0%
Margem bruta	46,9%	45,4%	45,9%
Margem ebit	19,3%	18,3%	17,4%

Em milhares de reais	2012	2013	2014
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	137.963	117.736	171.357
Caixa e equiv. de caixa e aplic. Financeiras (CP e LP)	873.910	733.965	995.978

Ativos

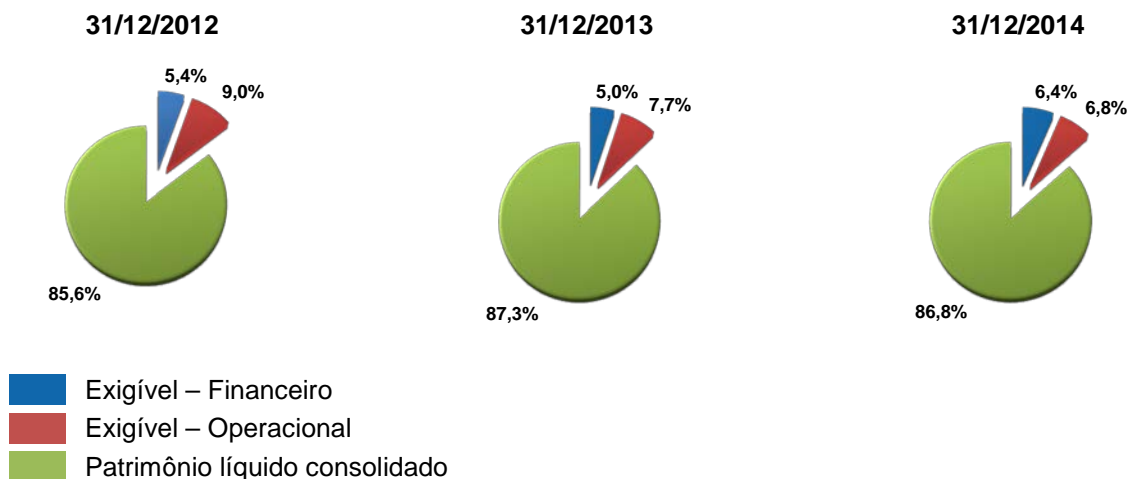


10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. A Grendene realiza seus investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Exigível : Passivo circulante + passivo não circulante



Todas as ações emitidas pela Grendene são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e não possuem previsão de resgate.

i. Hipóteses de resgate

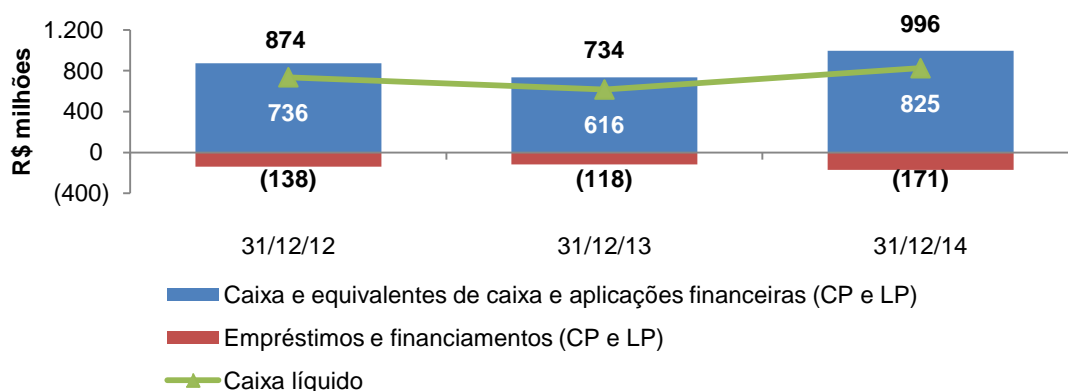
Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Grendene mantém confortável e sólida situação financeira tendo plenas condições de honrar com todos os seus compromissos.



10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais	2012	2013	2014
Ativo Circulante	1.633.258	1.694.062	1.906.527
Ativo Não circulante	658.194	675.280	775.486
Passivo Circulante	323.063	285.066	282.003
Passivo Não Circulante	14.827	16.316	72.076
Patrimônio Líquido Consolidado	1.953.562	2.067.960	2.327.934

Como pode ser evidenciado pelo balanço patrimonial da Companhia e demonstrado no quadro acima, o caixa da Companhia (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras) é superior a todo exigível de curto e de longo prazo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Grendene detém significativa posição de caixa líquido (saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras menos empréstimos de curto e longo prazo) e **tem capacidade de financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios**. Entretanto, a empresa poderá recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de sua administração para gerarem valor aos seus acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Grendene não tem deficiências de liquidez, não teve deficiências no passado e não tem previsão que esta situação possa ocorrer. O seu capital de giro e investimentos são financiados com recursos próprios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamento estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2014 o endividamento bancário apresentava a seguinte composição:

	Indexador	Taxa de juros (a.a.)	31/12/2014
Ativo fixo	Pré-fixado	4,31%	50.481
Capital de giro	Pesos Argentina	26,33%	45.447
Capital de giro	Euro +	2,00%	3.227
Capital de giro – ACE	Dólar +	0,99%	47.126
Total dos financiamentos bancários			146.281
Proapi – Provin	TJLP		25.076
Total empréstimos e financiamentos			171.357
(-) Total do passivo circulante			(99.567)
Total do passivo não circulante			71.790

Apresentamos a seguir o cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2014:

Vencimentos	Parcelas de longo prazo						Total
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Financiamentos bancários	8.503	8.503	8.503	8.402	8.035	8.035	49.981
Proapi	3.656	1.184	3.419	9.136	-	-	17.395
Provin	551	1.581	1.225	1.057	-	-	4.414
Total	12.710	11.268	13.147	18.595	8.035	8.035	71.790

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2013 o endividamento bancário apresentava a seguinte composição:

	Indexador	Taxa de juros (a.a.)	31/12/2013
Ativo fixo	Pré-fixado	4,31%	2.715
Capital de giro	Pesos Argentina	26,33%	69.891
Capital de giro – ACE	Dólar +	0,99%	27.231
Total dos financiamentos bancários			99.837
Proapi – Provin	TJLP		17.899
Total empréstimos e financiamentos			117.736
(-) Total do passivo circulante			(101.909)
Total do passivo não circulante			15.827

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2013:

Vencimentos	Parcelas de longo prazo					
	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Financiamentos bancários	469	468	468	468	368	2.241
Proapi	2.788	2.655	1.765	3.254	-	10.462
Provin	322	524	1.112	1.166	-	3.124
Total	3.579	3.647	3.345	4.888	368	15.827

Em 31 de dezembro de 2012 o endividamento bancário apresentava a seguinte composição:

	Indexador	Taxa de juros (a.a.)	31/12/2012
Ativo fixo	Pré-fixado	4,50%	3.184
Capital de giro	Pesos Argentina	22,50%	74.950
Capital de giro – ACC	Dólar +	1,01%	288
Capital de giro – ACE	Dólar +	0,97%	45.656
Total dos financiamentos bancários			124.078
Proapi – Provin	TJLP		13.885
Total empréstimos e financiamentos			137.963
(-) Total do passivo circulante			(123.583)
Total do passivo não circulante			14.380

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2012:

Vencimentos	Parcelas de longo prazo						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Financiamentos bancários	470	468	468	468	468	368	2.710
Proapi	4.073	2.653	1.735	1.680	-	-	10.141
Provin	32	306	133	1.058	-	-	1.529
Total	4.575	3.427	2.336	3.206	468	368	14.380

Financiamento – Ativo Fixo

Em 2014 a Companhia contratou financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. através do FNE – Fundo Constitucional do Nordeste destinado a aquisição de bens e serviços para construção de planta industrial (R\$48,2 milhões). O vencimento da operação é 26 de dezembro de 2021.

Os demais financiamentos em ativo fixo foram contratados para aquisição de equipamentos industriais (R\$2,3 milhões em 2014, R\$ 2,7 milhões em 2013 e R\$ 3,2 milhões em 2012).

Financiamento – Capital de giro – Pesos Argentina

A nossa controlada Grendene Argentina S.A. contratou empréstimos em Pesos Argentinos, destinados ao seu capital de giro.

Financiamento – Capital de giro – ACC e ACE

A Companhia tomou empréstimos para suas operações de exportação na modalidade ACC (Adiantamentos a Contratos de Câmbio) e ACE (Adiantamentos de Cambiais Entregues). Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas e não embarcadas.

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Financiamento – Proapi e Provin

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e pelos produtos exportados (Proapi), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também são registradas concomitantemente aos benefícios.

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos são concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento a Companhia paga 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado.

Garantias

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terrenos e prédios; e c) garantia fidejussória prestada por aval dos administradores da Companhia. As garantias existentes são pelos valores financiados.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta relações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não existem restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário. Existem limitações quanto aos valores das operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 21 do Estatuto Social.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 da Companhia foram elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da *Comissão de Valores Mobiliários* (CVM).

Não existem alterações significativas nas demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, na opinião da Administração, dos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Descrição das principais contas do Balanço patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, totalizaram em 31 de dezembro de 2012 R\$873,9 milhões, 31 de dezembro de 2013 R\$734,0 milhões e 31 de dezembro de 2014 R\$996,0 milhões. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros mantidos até o vencimento”.

As aplicações financeiras são classificadas em “Títulos ao valor justo através do resultado” e “Títulos mantidos até o vencimento”, conforme a estratégia de investimentos da Companhia, e possuem liquidez imediata.

Demonstramos a seguir a geração de caixa da Companhia em:

Em milhares de R\$	31/12/12	31/12/13	31/12/14
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais (a)	192.636	303.305	484.959
Disponibilidades líquidas geradas pelas / aplicadas às atividades de investimentos (b)	22.358	89.596	(297.554)
<i>Disponibilidades líquidas geradas/aplicadas no resgate/aplicação financeiras</i>	<i>85.998</i>	<i>243.632</i>	<i>(178.464)</i>
<i>Disponibilidades líquidas destinadas a Investimentos e Ativos Fixos</i>	<i>(63.640)</i>	<i>(154.036)</i>	<i>(119.090)</i>
Disponibilidades líquidas aplicadas às atividades de financiamento (c)	(262.023)	(368.030)	(200.441)
Redução / Aumento no caixa e equivalentes de caixa (a + b + c)	(47.029)	24.871	(13.036)

As disponibilidades e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Curto e longo prazo) representavam em 31 de dezembro de 2014 37,2% do Ativo Total (31,0% em 2013 e 38,1% em 2012).

Contas a receber de clientes e Estoques

As rubricas, Contas a receber de clientes e Estoques totalizaram R\$980,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013 aumentaram 12,8% atingindo R\$1.105,8 milhões e em 31 de dezembro de 2014 somaram R\$1.121,4 milhões, aumento de 1,4% vs. 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 os prazos médios de recebimento para o mercado interno eram de 97 dias respectivamente, e para o mercado externo 85, 73 e 76 dias, respectivamente.

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$2.315,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$2.060,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$1.952,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Abaixo apresentamos a evolução do Patrimônio Líquido da Companhia.

Patrimônio líquido - Em milhares de R\$	Evolução do Patrimônio líquido - R\$
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.800.952
Aquisição de ações em tesouraria	(2.612)
Ajuste valor de mercado – aplicações financeiras	(2.596)
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	279
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra de ações	1.471
Despesas com plano de opções de ações	1.636
Lucro líquido do exercício	429.891
Dividendos distribuídos	(275.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.953.562
Lucro líquido do exercício	434.005
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	(254)
Aumento na participação de acionistas não controladores	5.752
Aquisição de ações em tesouraria	(57.751)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra de ações	22.799
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	4.492
Dividendos distribuídos	(294.645)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.067.960
Lucro líquido do exercício	485.259
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	1.974
Aumento na participação de acionistas não controladores	10.469
Aquisição de ações em tesouraria	(9.471)
Resultado da venda de ações em tesouraria	384
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra de ações	4.115
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	3.266
Dividendos distribuídos	(236.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.327.934

Capital de Giro

O capital de giro esta demonstrado a seguir:

Em milhares de R\$	31/12/12	31/12/13	31/12/14
Capital de giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante)	1.310.195	1.408.996	1.624.524
Capital de giro / Ativo total	57,2%	59,5%	60,6%
Capital de giro / Receita líquida de vendas	69,6%	64,4%	72,7%

Descrição das principais contas da Demonstração do resultado consolidado

Vide item 10.2, letra “a”.

10.2 – Comentários dos Diretores

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita bruta de vendas

A elevação da receita bruta em 2014 de apenas 0,3%, relativamente a 2013 diminuiu a taxa média composta de crescimento (CAGR 2008-2014) para 9,5% a.a. contra 11,5% a.a. no período 2008-2013, ainda assim mantendo-se dentro da faixa esperada entre 8% e 12%.

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 14/13
Receita bruta consolidada	2.324,5	2.711,4	2.720,3	0,3%
Mercado interno	1.845,4	2.146,9	2.077,7	(3,2%)
Calçados	1.845,4	2.146,9	2.077,7	(3,2%)
Móveis	-	-	-	0,0%
Exportação	479,1	564,5	642,6	13,8%
Calçados	479,1	564,5	641,7	13,7%
Calçados em US\$	245,1	261,6	272,6	4,2%
Móveis	-	-	0,9	0,0%
Milhões de pares	2012	2013	2014	Var. 14/13
Volumes	185,0	216,2	204,9	(5,2%)
Mercado interno	139,7	165,7	152,7	(7,8%)
Exportação	45,3	50,5	52,2	3,3%
R\$	2012	2013	2014	Var. 14/13
Preço médio (Calçados)	12,56	12,54	13,27	5,8%
Mercado interno	13,21	12,96	13,60	4,9%
Exportação	10,56	11,17	12,29	10,0%
Exportação em US\$	5,40	5,18	5,22	0,8%

Receita líquida de vendas

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 14/13
Receita bruta de vendas	2.324,5	2.711,4	2.720,3	0,3%
Mercado interno	1.845,4	2.146,9	2.077,7	(3,2%)
Exportação	479,1	564,5	642,6	13,8%
Deduções das vendas	(442,2)	(524,1)	(487,0)	(7,1%)
Devoluções e impostos s/vendas	(328,6)	(393,3)	(383,0)	(2,6%)
Descontos concedidos a clientes	(113,6)	(130,8)	(104,0)	(20,5%)
Receita líquida de vendas	1.882,3	2.187,3	2.233,3	2,1%

Custo dos produtos vendidos

Nos últimos seis anos, com toda a volatilidade cambial, elevação do salário mínimo e pressões inflacionárias no país nosso custo unitário cresceu 1,9% a.a., bem inferior às taxas de inflação no período. É verdade que contamos com o benefício da “desoneração da folha” promovido pelo governo federal a partir de 2011. Durante todo este período (no acumulado) o CPV total cresceu em nível inferior ao crescimento da receita líquida.

Em 2014 em termos absolutos o CPV cresceu 1,2%, 0,9 p.p. abaixo do crescimento da receita líquida (2,1%) em função de alterações no mix, dos ajustes efetuados no portfólio de produtos e/ou aumento de preços.

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 14/13
Custo dos produtos vendidos	1.000,2	1.193,6	1.207,4	1,2%
R\$ por par	2012	2013	2014	Var. 14/13
Custo dos produtos vendidos/par	5,40	5,52	5,89	6,7%

Lucro bruto

Nosso lucro bruto vem se expandindo à taxa de 12,6% a.a. nos últimos 6 anos. Já em 2014, totalizou R\$1.026 milhões, com aumento de 3,2% em relação aos R\$994 milhões de 2013. Com a elevação dos custos abaixo do aumento da receita líquida, conforme esperado ganhamos 0,5 p.p. na margem bruta, passando de 45,4% em 2013 para 45,9% em 2014.

10.2 – Comentários dos Diretores

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 14/13
Lucro bruto	882,1	993,7	1.025,9	3,2%
Margem bruta	46,9%	45,4%	45,9%	0,5 p.p.

Despesas operacionais (DVG&A)

Despesas com vendas

As despesas comerciais da Companhia são predominantemente variáveis na forma de fretes, licenciamentos, comissões, publicidade e marketing mantendo-se ao longo do período em aproximadamente 24% da receita líquida.

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 14/13
Despesas com vendas	451,0	521,2	543,7	4,3%
% da receita líquida de vendas	24,0%	23,8%	24,3%	0,5 p.p.

Despesas com publicidade e propaganda

A despesa de publicidade e propaganda permanece em linha com nossa estratégia.

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 14/13
Desp. publicidade e propaganda	147,0	163,7	169,2	3,4%
% da receita líquida de vendas	7,8%	7,5%	7,6%	0,1 p.p.

Despesas gerais e administrativas (DG&A)

As despesas gerais e administrativas cresceram em função de gastos pré-operacionais e não recorrentes ocorridos em 2014 tais como na abertura da Galeria Melissa em Londres e despesas no negócio de móveis (A3NP).

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 14/13
Desp. gerais & administrativas	70,4	79,0	91,3	15,5%
% da receita líquida de vendas	3,7%	3,6%	4,1%	0,5 p.p.

Resultado financeiro líquido

A Companhia detém uma sólida posição de caixa e os resultados financeiros são uma parte importante do lucro líquido da empresa. As operações com câmbio tem por objetivo o hedge principalmente de recebíveis das exportações. A Grendene nestas operações é vendedora da moeda americana e o resultado à longo prazo das mesmas tem como objetivo ser muito perto de zero. Assim o resultado financeiro é basicamente influenciado pela taxa de juros (SELIC) e o caixa médio mantido pela Companhia.

Em 2014 o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$135,5 milhões, 30,8% superior ao obtido em 2013 de R\$103,6 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 14/13
Receitas financeiras	204,9	183,1	220,4	20,4%
Juros recebidos de clientes	1,9	1,9	1,9	(2,2%)
Rec. op. derivativos cambiais – BM&FBOVESPA	14,8	18,2	16,6	(8,6%)
Receitas de aplicações financeiras	93,7	81,9	100,1	22,3%
Receitas com variações cambiais	49,7	40,2	41,9	4,2%
Ajuste a valor presente (AVP)	41,3	38,7	54,7	41,5%
Outras receitas financeiras	3,5	2,2	5,3	137,1%
Despesas financeiras	(72,5)	(79,5)	(84,9)	6,8%
Desp. op. derivativos cambiais – BM&FBOVESPA	(11,3)	(26,2)	(24,0)	(8,2%)
Despesas de financiamentos	(9,2)	(19,6)	(21,8)	10,9%
Despesas com variação cambial	(47,8)	(28,5)	(33,5)	17,4%
Outras despesas financeiras	(4,2)	(5,1)	(5,6)	9,4%
Resultado financeiro líquido	132,5	103,6	135,5	30,8%

Lembramos que nas demonstrações financeiras consolidadas, os descontos concedidos a clientes são classificados em deduções de vendas.

10.2 – Comentários dos Diretores

Lucro líquido do exercício

Nos últimos seis anos o lucro líquido cresceu 12,5% a.a. (CAGR) com elevação em todas as margens da empresa: bruta, operacional e líquida.

Em 2014, o lucro líquido subiu novamente em percentual de 13,1% em relação ao ano anterior.

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 14/13
Lucro líquido do exercício	429,0	433,5	490,2	13,1%
Margem líquida	22,8%	19,8%	22,0%	2,2 p.p.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Calçados

Nossas receitas operacionais são impactadas por modificações nos volumes de pares vendidos, preços médios praticados e pela taxa de câmbio na exportação. O impacto dos itens mencionados pode ser observado nas tabelas abaixo:

Receita bruta calçados (R\$'000)	2012 R\$	2013 R\$	Var. 2012-13		2014 R\$	Var. 2013-14	
			R\$	%		R\$	%
Mercado interno R\$	1.845.402	2.146.918	301.516	16,3%	2.077.729	(69.189)	(3,2%)
Exportação R\$	479.048	564.445	85.397	17,8%	641.706	77.261	13,7%
Exportação US\$	245.090	261.604	16.514	6,7%	272.649	11.045	4,2%
Total	2.324.450	2.711.363	386.913	16,6%	2.719.435	8.072	17,5%

Volume de vendas (milhares de pares)	2012	2013	Var. 2012-13		2014	Var. 2013-14	
			Pares	%		Pares	%
Mercado interno	139.721	165.667	25.946	18,6%	152.751	(12.916)	(7,8%)
Exportação	45.346	50.528	5.182	11,4%	52.193	1.665	3,3%
Total	185.067	216.195	31.128	16,8%	204.944	(11.251)	(5,2%)

Preço médio calçados (em R\$)	2012 R\$	2013 R\$	Var. 2012-13		2014 R\$	Var. 2013-14	
			R\$	%		R\$	%
Mercado interno R\$	13,21	12,96	(0,25)	(1,9%)	13,60	0,64	4,9%
Exportação R\$	10,56	11,17	0,61	5,8%	12,29	1,12	10,0%
Exportação US\$	5,40	5,18	(0,22)	(4,1%)	5,22	0,04	0,8%
Total	12,56	12,54	(0,02)	(0,2%)	13,27	0,73	5,8%

Varição em reais da Receita Bruta de Vendas de Calçados no Mercado Interno e Externo, em função dos Volumes e Preços Médios

2012 – 2013		2013 – 2014	
Volume MI – (25.946 x R\$13,21)	R\$342.689	Volume MI – (12.916 x R\$12,96)	(R\$167.382)
Volume ME – (5.182 x R\$10,56)	R\$54.744	Volume ME – (1.665 x R\$ 11,17)	R\$18.600
Var. receita a preços 12	R\$397.433	Var. receita a preços 13	(R\$148.782)
Var. PM – MI – (R\$0,25 x 165.667)	(R\$41.173)	Var. PM – MI – (R\$0,64 x 152.751)	R\$98.193
Var. PM – ME – (R\$0,61 x 50.528)	R\$30.653	Var. PM – ME – (R\$1,12 x 52.193)	R\$58.661
Var. receita volumes 13	(R\$10.520)	Var. receita volumes 14	R\$156.854
Total	R\$386.913	Total	R\$8.072

Varição em dólares da Receita Bruta de Vendas de Calçados no Mercado Externo, em função dos Volumes e Preços Médios

2012 – 2013		2013 – 2014	
Volume ME – (5.182 x US\$5,40)	US\$28.008	Volume ME – (1.665 x US\$5,18)	US\$8.620
Var. receita a preços 12	US\$28.008	Var. receita a preços 13	US\$8.620
Var. PM – ME – (US\$0,22 x 50.528)	(US\$11.494)	Var. PM – ME – (US\$0,04 x 52.193)	US\$2.425
Var. receita volumes 13	(US\$11.494)	Var. receita volumes 14	US\$2.425
Total	US\$16.514	Total	US\$11.045

Móveis

O segmento de móveis iniciou a geração de receitas em 2014 e ao final do exercício a participação na receita bruta consolidada representou 0,03% do total, não sendo relevante a sua demonstração.

10.2 – Comentários dos Diretores

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a empresa, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela empresa faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Desta forma a cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção). Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassados para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são *commodities* cotadas em dólar no mercado internacional.

A taxa de cambio influencia os nossos custos na medida em que afeta os preços em reais destas *commodities* quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das *commodities* em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das *commodities* em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das *commodities* em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado a taxa de câmbio afeta positivamente as nossas receitas de exportações, geralmente contribuindo positivamente para as margens uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam diretamente o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2014 era de R\$996,0 milhões (R\$734,0 milhões em 2013). Estes recursos basicamente estão aplicados no mercado financeiro rendendo juros a taxas próximas da Selic. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

Indiretamente a elevação dos juros pode afetar o poder de compra de nossos consumidores.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

	2012	2013	Var. % 12/13	2014	Var. % 13/14
Preço médio por par – MI – R\$	R\$13,21	R\$12,96	(1,9%)	R\$13,60	4,9%
Preço médio por par – ME – R\$	R\$10,56	R\$11,17	5,8%	R\$12,29	10,0%
Preço médio por par – ME – US\$	US\$5,40	US\$5,18	(4,1%)	US\$5,22	0,8%
Preço médio total – R\$	R\$12,56	R\$12,54	(0,2%)	R\$13,27	5,8%
CPV por par – R\$	R\$5,40	R\$5,52	2,2%	R\$5,89	6,7%
Taxa R\$ / US\$ (Final)	R\$2,0435	R\$2,3426	14,6%	R\$2,6562	13,4%
Taxa R\$ / US\$ (médio)	R\$1,9546	R\$2,1576	10,4%	R\$2,3536	9,1%
IGP-M			5,5257%		3,6749%
IPCA amplo			5,9108%		6,4076%

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2012 e 2014 não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Em 2013, o Conselho de Administração da Grendene avaliou e aprovou a constituição A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A., a ser controlada pela Grendene e tendo como sócios: Philippe Starck, Philippe Ouakrat, Alexandre Allard, ABCDEFGHI Participações Ltda, empresa detida pelo Sr. Nizan Guanaes e FIP Santana fundo de investimentos detido pelo Sr. André Esteves.

O objetivo deste negócio é aliar a expertise de Philippe Starck no design de produtos e dos demais sócios nas suas respectivas áreas, ao da Grendene em produtos de consumo para vender, móveis e complementos, com design sofisticado e custo acessível para classe média.

A Grendene detém o controle acionário através de 42,5% do capital total e 50,1% do capital votante do novo negócio e o Investimento aprovado foi de R\$52 milhões para as atividades iniciais, sendo destes, R\$22 milhões a participação correspondente da Grendene.

Os resultados desta nova unidade estão consolidados em nossas demonstrações financeiras.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2012, 2013 e 2014 não constituímos, adquirimos ou alienamos participação societária relevante que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

No exercício de 2013 constituímos uma empresa controlada A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. para conduzir os negócios de móveis. Até 31 de dezembro de 2013 o investimento na empresa foi de aproximadamente R\$7,0 milhões, e até 31 de dezembro de 2014 R\$14,0 milhões totalizando R\$21,0 milhões.

Em 2013 a Companhia constituiu equipe de gestão para desenvolver o modelo de negócios e em 2014 desenvolveu a sua linha de produtos.

A empresa iniciou a geração de receitas no segundo semestre de 2014, e conforme previsto não atingiu o lucro neste primeiro ano. A administração entende que dificilmente esta operação atingirá o ponto de equilíbrio em 2015.

Também em 2013, foi constituída a Grendene UK Limited, controlada 100% pela Grendene, tendo como objetivo social a representação comercial e distribuição de produtos da Companhia no Reino Unido.

c. Eventos ou operações não usuais

Durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2014, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Em 2013 efetuamos investimentos em torno de R\$64 milhões adicionando a capacidade anual de produção de aproximadamente 50 milhões de pares, que nos permitiu atingir a capacidade instalada de cerca de 250 milhões de pares/ano.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014.

Não há em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2016:

IFRS 11 – Negócios em Conjunto – Orienta sobre os critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisição de participações em negócios em conjunto de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3 (Combinação de Negócios). A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização – As alterações fornecem orientações adicionais sobre como a depreciação ou amortização de bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis devem ser contabilizados. As alterações também esclarecem que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo não é apropriado e limita a utilização para o cálculo de amortização. A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Avaliação dos dispositivos da Lei nº 12.973/14 (anteriormente MP nº 627/13)

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (anteriormente MP nº 627/13), que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- (iii) inclui tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos;
- (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio, e;
- (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 é facultada às empresas.

A Administração da Companhia avaliando as disposições contidas na Lei, o cenário de normatizações e controles fiscais alternativos à evidenciação contábil a serem disciplinados pela Receita Federal do Brasil, optou pela não adoção das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º a 70º da Lei nº 12.973/14 para o ano-calendário de 2014.

Por fim, a alteração trazida pelo art. 2º da Lei nº 12.973/14 (anteriormente MP nº 627/13) ao Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 (dispositivo legal que trata do lucro da exploração), introduziu norma que, de forma expressa, passou a determinar a exclusão das receitas decorrentes de subvenções para investimentos no cálculo do lucro da exploração. Este dispositivo legal afeta a tributação incidente sobre os incentivos estaduais no momento em que integram a base de dividendos.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas e/ou ênfase no Parecer dos Auditores.

10.5 – Políticas contábeis críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros:

Não foram identificados quaisquer indícios de perda de valor de ativos não financeiros que motivassem o teste de ativos por perdas ou redução ao valor recuperável.

Impostos: As regulamentações tributárias no Brasil são complexas, o que remete a incertezas com relação à interpretação dos mesmos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela Administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis: As avaliações da probabilidade de perdas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para desconto pontualidade; a provisão para perdas no estoque; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

De um modo geral as perdas registradas nestes itens tem sido insignificantes em relação ao porte da Companhia. Os ativos imobilizados cuja vida útil poderia variar tem valor individual pequeno e mesmo no seu conjunto não representam parcela significativa do total de ativos mantidos pela Companhia. Os créditos a receber de clientes representam um valor significativo no seu conjunto, mas como as vendas são extremamente pulverizadas nenhum cliente individual representa um risco muito grande e historicamente as provisões para perdas tem sido suficientes.

10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Acreditamos na eficiência dos procedimentos e controles internos que adotamos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das nossas demonstrações contábeis. Por essa razão, na opinião de nossa administração, nossas demonstrações contábeis apresentam adequadamente o resultado de nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

Ressaltamos que os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações contábeis não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados para qualquer outro período ou exercício.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório de recomendações para o aprimoramento dos Controles Internos, emitido pelos auditores independentes foi analisado pela administração da Companhia e nele não constam deficiências ou recomendações de impacto significativo que possam afetar as Demonstrações Financeiras da Grendene ou mesmo prejudicar o seu desempenho de forma material.

As principais recomendações para o aprimoramento dos controles internos apontam deficiências pontuais em áreas operacionais de apoio como TI, RH e Financeiro tais como: Existência de superusuários com acesso à rede; Existência de superusuário genérico compartilhado no sistema Totvs e inexistência de controle sobre superusuários ativos nos sistemas em escopo; Inexistência de monitoramento e revisão dos usuários com acesso direto ao Banco de Dados dos sistemas TOTVS e ExpertRH; Ausência de revogação tempestiva dos acessos de funcionários desligados à rede e ao aplicativo; Inexistência de controle formal que assegure que acessos de funcionário transferido estejam compatíveis com o novo cargo e as novas responsabilidades; Ausência de plano de contingência devidamente formalizado e testado; Acesso indevido à emissão de pedido de venda; Autorização de pagamento de faturas de fretes divergentes sem necessidade de justificativa; Canhotos e conhecimentos de fretes com ausência de data da entrega da mercadoria ao cliente.

Nenhuma das recomendações apresentadas se referem a problemas sistêmicos e segundo avaliação da administração e dos auditores independentes não tem ou terão impacto significativos na qualidade do retorno e/ou na capacidade da Companhia continuar obtendo retornos.

Essas recomendações vêm sendo devidamente analisadas, tendo como premissas a obrigatoriedade, relação custo x benefício de melhorias de controles internos e sempre que julgadas pertinentes, implementadas pela administração da Companhia de forma tempestiva. Também enfatizamos que não foram encontradas nenhuma deficiência significativa ou falhas relevantes nos controles internos adotados pela Companhia que suportam os processos de elaboração das demonstrações financeiras.

10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

- a. **Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. **Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. **Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários em 2012, 2013 e 2014.

10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:**

- i) **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não Aplicável

- ii) **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não Aplicável

- iii) **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não Aplicável

- iv) **Contratos de construção não terminada**

Não Aplicável

- v) **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não Aplicável

- b. **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos com sociedades controladas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira e/ou mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital que não estejam registrados em seu balanço patrimonial.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

- a. **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não Aplicável

- b. **Natureza e o propósito da operação**

Não Aplicável

- c. **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não Aplicável

10.10 – Plano de negócios

- a. **Investimentos, incluindo:**

- i) **Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 os maiores investimentos foram em manutenção de prédios industriais, reposição do ativo imobilizado e aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e melhor eficiência de produção. Em 2013 houve um incremento nos gastos em decorrência da ampliação da capacidade produtiva em 25%, com ampliação das instalações e aquisição de máquinas e equipamentos e em novo negócio de móveis em nossa controlada A3NP.

Em 2014 os investimentos foram com manutenção de prédios industriais e instalações, reposição do ativo imobilizado, aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e melhor eficiência da produção e complemento do investimento na A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.

A composição dos investimentos está demonstrada no quadro a seguir:

Em milhares de reais	2012	2013	2014	Var.% 13/14
Investimentos	63.613	154.036	119.090	(22,7%)

As descrições quantitativas e qualitativas dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos estão descritas nos itens 10.10.b e 10.10.c.

- ii) **Fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia tem condições de fazer todos os investimentos com recursos próprios.

- iii) **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos para os próximos anos.

- b. **Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

Não temos previsão de aquisição de plantas industriais, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

- c. **Novos produtos e serviços, indicando:**

A Grendene atua no setor de calçados com fortes componentes de moda e seu modelo de negócios se assemelha ao que é conhecido no mercado como “fast fashion”, que consiste no lançamento de muitos

10.10 – Plano de negócios

produtos num ano compondo diversas coleções. Desta forma o portfólio de produtos da Grendene é inteiramente renovado a cada 90 a 180 dias.

Para garantir o sucesso e aceitação destas coleções a Grendene acompanha continuamente o mercado mantendo estreita comunicação com os pontos de venda e realiza pesquisas de mercado junto a consumidores alvo sobre suas propostas de lançamentos. Também faz parte deste esforço a participação em muitas feiras nacionais e internacionais onde as reações dos compradores relativas aos produtos podem ser observadas e testadas.

O negócio de móveis, conduzido na controlada A3NP iniciou vendas no final de 2014, mas dificilmente deverá atingir o ponto de equilíbrio em 2015, o que nos indica que continuará tendo impacto negativo nas margens consolidadas em valor que estimamos não superior ao ocorrido em 2014 (de R\$3,7 milhões). Entretanto, destacamos que tudo o que desenvolvemos até agora em termos de produtos e modelo de negócios só nos encorajam em relação às expectativas iniciais.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Grendene não divulga pesquisas em andamento pelas características de seu negócio, mas mostra o resultado na forma de produtos nos lançamentos, que geralmente ocorrem durante a participação em feiras e eventos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

R\$ milhões	2012	2013	2014	Var. 13/14
Investimento em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos	42,9	49,9	45,4	(9,0%)

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.10.b e 10.10.c.

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não distinguimos estes gastos dos apresentados no item 10.c.ii.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Os resultados obtidos em ano difícil excederam nossas expectativas, o que reforça nossa confiança no modelo de negócios da Grendene e nos estimula a manter a projeção de nossas metas fixadas para o período 2008 - 2015 e estender para o período 2008 - 2018, passando a considerar para avaliação de nossa evolução o período de dez anos - 2008 a 2018, conforme a seguir:

Mantidas as metas para o período 2008-2015 e estendidas até 2018:

- Crescimento da receita bruta a uma taxa composta média (CAGR) entre 8% e 12% (2008-2018).
- Crescimento do lucro líquido a uma taxa composta média (CAGR) entre 12% e 15% (2008-2018).
- A Grendene tem por objetivo manter neste período as despesas de propaganda e publicidade em média entre 8% e 10% da receita líquida.

Entendemos que neste período poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta.

Nossa expectativa é que o crescimento da receita bruta no período de 10 anos (CAGR) de 2008 a 2018 fique entre 8% a 12% a.a. e o lucro líquido fique entre 12% e 15% a.a.

Razões para manter as Metas anunciadas:

Em 2009 quando anunciamos as metas (CAGR: 2008-2013) que pretendíamos perseguir nos cinco anos seguintes, posteriormente estendidos até 2015 (CAGR: 2008-2015), afirmamos que nosso objetivo era dar uma orientação aos acionistas da direção e ordem de grandeza de objetivos que considerávamos razoavelmente possíveis, enfatizando não se tratar de uma previsão a ser aplicada a cada ano individual.

Afirmamos ainda que dada a variabilidade no setor de consumo haveria anos que excederíamos os parâmetros anunciados e anos que ficaríamos abaixo. Foi o que aconteceu nos 6 anos decorridos desde então.

Ainda assim os caminhos percorridos não foram exatamente os previstos. O consumo no mercado interno não cresceu como imaginávamos, mas ganhamos *market share*. As exportações subiram, caíram e voltaram a subir diante de grandes variações nas taxas de câmbio e a sucessão de crises internas e externas.

Na época, o mais importante que queríamos transmitir aos acionistas era a empresa que estávamos visualizando em 2015, agora estendido para 2018, em termos de tamanho, exportações, número de pares produzidos, estrutura de custos e qualidade dos resultados. Ao previrmos um crescimento médio nos lucros líquidos acima do crescimento médio da receita antecipávamos nossa determinação de melhorar margens. Num período de vários anos, o crescimento esperado real não seria menor que o crescimento do mercado e, a inflação em nossos custos e despesas, seria repassada aos preços. O objetivo era, e continua sendo, crescer com bons resultados nos mercados e segmentos que isso fosse possível.

Tudo isso foi alcançado. Agora, faltando apenas o ano de 2015 para completar o período, não vemos sentido em alterar estas estimativas ou tentar fazer uma previsão precisa para um único ano.

A verdade é que temos que ser humildes e reconhecer que não sabemos de antemão o resultado de um ano e nem temos o poder de determinar o que vai acontecer no mercado ou o dom de prever. O que sabemos e podemos assegurar com razoável chance de sucesso é que temos flexibilidade e nos adaptamos rapidamente às exigências do mercado e num período suficientemente amplo obtemos os resultados que perseguimos, por isso estendemos esta nossa visão até 2018.

Portanto, nossas estimativas para o período 2008-2015 continuam a valer com a mesma ressalva que sempre fizemos: poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta e estendemos os mesmos parâmetros para o período de 2008-2018.

O panorama de mercado no Brasil e no exterior vai continuar desafiador, e não deve melhorar no curto prazo. O que nos cabe é nos adaptar a esta condição o que temos feito com satisfatório sucesso. Internamente, manteremos o foco no fortalecimento de nossas marcas, na excelência operacional, no ganho de *market share* e principalmente na recuperação das margens.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não obstante as dificuldades, podemos adiantar que iniciamos o ano de 2015 superando o ano passado (2014) e nossas expectativas, comprovando nossa avaliação que pelo menos até o momento os maiores impactos do ajuste da economia ocorrem em itens de consumo movidos a crédito e não nos de baixo ticket, como são os produtos da Grendene.

Com base no desempenho apresentado e com as ressalvas feitas acreditamos no atingimento das metas propostas para o período de 2008-2018.

Comparação do desempenho com a meta:

Desempenho – taxa média composta de crescimento (CAGR), de 2008 a 2014:

R\$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR
Receita Bruta	R\$1.576,0	R\$1.819,4	R\$1.998,6	R\$1.831,6	R\$2.324,5	R\$2.711,4	R\$2.720,3	9,5%
Varição Y-o-Y		15,4%	9,9%	(8,4%)	26,9%	16,6%	0,3%	
Lucro Líquido	R\$239,4	R\$272,2	R\$312,4	R\$305,4	R\$429,0	R\$433,5	R\$490,2	12,7%
Varição Y-o-Y		13,7%	14,8%	(2,2%)	40,5%	1,1%	13,1%	

R\$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR
Desp. public. & propag.	R\$107,6	R\$116,1	R\$127,1	R\$138,7	R\$147,0	R\$163,7	R\$169,2	7,8%
Participação % ROL	8,6%	8,0%	7,9%	9,4%	7,8%	7,5%	7,6%	

Anexo II

Destinação do Lucro Líquido

DEMONSTRAÇÃO DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - ANEXO 9-1 II INSTRUÇÃO CVM 481/2009			
	2012	2013	2014
Lucro Líquido do Exercício (a)	429.002.548,01	433.540.109,38	490.243.531,09
Reserva de incentivos fiscais	(100.924.701,72)	(116.940.853,41)	(257.989.369,78)
Reserva de incentivos fiscais de controlada - MHL Calçados Ltda.	(1.456.776,89)	(303.435,34)	0,00
Base de cálculo da reserva legal (b)	326.621.069,40	316.295.820,63	232.254.161,31
Reserva legal – 5% (c)	(16.403.892,31)	(15.829.962,80)	(11.612.708,07)
Base de cálculo do dividendo obrigatório (b – c) = d	310.217.177,09	300.465.857,83	220.641.453,24
Dividendo obrigatório – 25%	77.554.294,27	75.116.464,46	55.160.363,31
Resultado na venda de ações referente plano de opções	(836.353,44)	0,00	0,00
Reserva de lucros retidos (Stock Options)	(15.878.103,65)	(408.677,83)	0,00
Reserva para aquisição de ações (Stock Options)	0,00	0,00	(17.000.000,00)
Soma (e)	(16.714.457,09)	(408.677,83)	(17.000.000,00)
Dividendos referente ao resultado do exercício (d – e) = (f)	293.502.720,00	300.057.180,00	203.641.453,24
Reversão do saldo da reserva de lucros retidos para dividendo adicional (g)	0,00	0,00	17.172.928,23
Valor dos dividendos propostos pela administração (f – g) = (h)	293.502.720,00	300.057.180,00	220.814.381,47
Dividendo obrigatório – 25%	77.554.294,27	75.116.464,46	55.160.363,31
Dividendo em excesso ao mínimo obrigatório do exercício	215.948.425,73	224.940.715,54	148.481.089,93
Dividendo referente a lucros retidos	0,00	0,00	17.172.928,23
Total de dividendos propostos pela administração	293.502.720,00	300.057.180,00	220.814.381,47
Dividendos distribuídos antecipadamente	188.250.720,00	189.392.220,00	125.356.924,60
Dividendo adicional proposto	105.252.000,00	110.664.960,00	95.457.456,87
Total de dividendos distribuídos	293.502.720,00	300.057.180,00	220.814.381,47
Valor do dividendo distribuído por ação	0,976	0,998	0,736
% do dividendo distribuído em relação ao Lucro líquido do exercício	68,4%	69,2%	45,0%
% do Lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal (h ÷ (a – c))	71,1%	71,8%	46,1%

1. Informar o lucro líquido do exercício

Em 2014 o lucro líquido do exercício foi de R\$ 490.243.531,09 (quatrocentos e noventa milhões, duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e trinta e um reais e nove centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Valor global do dividendo: R\$ 220.814.381,47 – correspondente a R\$0,736 por ação. Este valor e o correspondente a 2012 e 2013 estão demonstrados no quadro – Anexo II – Destinação do Lucro do Líquido.

A Companhia não declarou Juros sobre Capital Próprio durante os exercícios de 2012, 2013 e 2014.

O valor do dividendo por ação está demonstrado no quadro a seguir:

Proventos em dinheiro na destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31/12/2014 (Serão ratificadas as distribuições já ocorridas na AGO).						
Provento	Evento – Data	Data ex-dividendo	Data de pagamento	Forma de pagamento	Valor em R\$ / Ação ON	Montante (R\$)
Dividendo	RCA – 24/04/2014	30/04/2014	14/05/2014	Crédito em C/C	0,140	42.063.777,28
Dividendo	RCA – 24/07/2014	01/08/2014	13/08/2014	Crédito em C/C	0,099	29.865.909,18
Dividendo	RCA – 23/10/2014	31/10/2014	12/11/2014	Crédito em C/C	0,178	53.427.238,14
Dividendo	RCA – 12/02/2015	10/04/2015	23/04/2015	Crédito em C/C	0,318	95.457.456,87
Total R\$					0,736	220.814.381,47

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Em 2014 o percentual de dividendos distribuídos pela controladora em relação ao lucro líquido do exercício foi de 41,5% e 42,5% do lucro líquido do exercício após constituição da reserva legal. Em 2013 69,2% e 71,8% e em 2012 68,4% e 71,1%, respectivamente.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Valor global do dividendo distribuído com base em lucro do exercício anterior: R\$ 17.172.928,23 – correspondente a R\$0,057 por ação.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Proposto somente ratificação dos dividendos aprovados antecipadamente pelo Conselho de Administração, inclusive os dividendos do exercício anterior (vide item 4 acima).

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não Aplicável

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não Aplicável

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não Aplicável

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Dividendo	Evento – Data aprovação	Data ex-dividendo	Data de pagamento	Forma de pagamento	Valor em R\$ / Ação ON	Montante (R\$)
1ª antecipação	RCA – 24/04/2014	30/04/2014	14/05/2014	Crédito C/C	0,140	42.063.777,28
2ª antecipação	RCA – 24/07/2014	01/08/2014	13/08/2014	Crédito C/C	0,099	29.865.909,18
3ª antecipação	RCA – 23/10/2014	31/10/2014	12/11/2014	Crédito C/C	0,178	53.427.238,14
Saldo 2014	RCA – 12/02/2015	10/04/2015	23/04/2015	Crédito C/C	0,318	95.457.456,87
Total do exercício de 2014 R\$					0,736	220.814.381,47

Dividendo	Evento – Data aprovação	Data ex-dividendo	Data de pagamento	Forma de pagamento	Valor em R\$ / Ação ON	Montante (R\$)
1ª antecipação	RCA – 25/04/2013	08/05/2013	22/05/2013	Crédito C/C	0,213	64.053.360,00
2ª antecipação	RCA – 25/07/2013	02/08/2013	14/08/2013	Crédito C/C	0,138	41.499.360,00
3ª antecipação	RCA – 24/10/2013	05/11/2013	14/11/2013	Crédito C/C	0,279	83.839.500,00
Saldo 2013	RCA – 13/02/2014	11/04/2014	23/04/2014	Crédito C/C	0,368	110.664.960,00
Total do exercício de 2013 R\$					0,998	300.057.180,00

Dividendo	Evento – Data aprovação	Data ex-dividendo	Data de pagamento	Forma de pagamento	Valor em R\$ / Ação ON	Montante (R\$)
1ª antecipação	RCA – 25/04/2012	04/05/2012	16/05/2012	Crédito C/C	0,196	58.941.120,00
2ª antecipação	RCA – 26/07/2012	07/08/2012	22/08/2012	Crédito C/C	0,142	42.702.240,00
3ª antecipação	RCA – 25/10/2012	07/11/2012	21/11/2012	Crédito C/C	0,288	86.607.360,00
Saldo 2012	RCA – 28/02/2013	12/04/2013	24/04/2013	Crédito C/C	0,350	105.252.000,00
Total do exercício de 2012 R\$					0,976	293.502.720,00

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2012	2013	2014
Lucro Líquido do exercício R\$	429.002.548,01	433.540.109,38	490.243.531,09
Lucro Líquido por ação R\$	1,4266	1,4421	1,6328
Dividendos distribuídos R\$	293.502.720,00	300.057.180,00	220.814.381,47
Dividendo por ação R\$	0,976	0,998	0,736
Espécie e Classe da ação	ON	ON	ON

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$	2012	2013	2014
Reserva legal	16.403.892,31	15.829.962,80	11.612.708,07

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício deduzidos do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social.

Base de cálculo da reserva legal	2012	2013	2014
Lucro Líquido do Exercício	429.002.548,01	433.540.109,38	490.243.531,09
Reserva de incentivos fiscais	(100.924.701,72)	(116.940.853,41)	(257.989.369,78)
Base de cálculo	328.077.846,29	316.599.255,97	232.254.161,31
Reserva Legal - 5%	16.403.892,31	15.829.962,80	11.612.708,07

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não Aplicável, a Companhia não possui ações preferências.

- a) **Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
- b) **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- c) **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d) **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- e) **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da Companhia, aprovado em 7 de abril de 2014, define nos artigos reproduzidos a seguir, a forma de cálculo do dividendo obrigatório:

Artigo 32 - Os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e
- b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

§1º - O pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§2º - A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada "Reserva para Aquisição de Ações", que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

§3º - Os lucros remanescentes têm a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria, observando-se os preceitos legais aplicáveis, notadamente o art. 202, §6º, da Lei nº 6.404/76.

Artigo 33 - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 32, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.

Parágrafo Único - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas dividendos à conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores.

Artigo 34 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 32.

Parágrafo Único - Os dividendos não vencem juros e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.

Artigo 35 – A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, de acordo com Art. 195-A da Lei 6.404/76, modificado pela Lei 11.638/07, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo pago pela Companhia foi sempre acima do limite obrigatório de 25% estabelecido pelo Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, aprovado em 7 de abril de 2014.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo obrigatório nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, conforme demonstrado a seguir:

R\$	2012	2013	2014
Dividendo obrigatório – 25%	77.554.294,27	75.116.464,46	55.160.363,31
Dividendo adicional	215.948.425,73	224.940.715,54	148.481.089,93
Total pago	293.502.720,00	300.057.180,00	203.641.453,24
Dividendo referente a resultados anteriores	0,00	0,00	17.172.928,23
Dividendo Total	293.502.720,00	300.057.180,00	220.814.381,47

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

Não houve retenção do dividendo obrigatório. A Companhia paga dividendos acima do limite mínimo obrigatório.

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

De acordo com o art. 32 §2º do Estatuto Social a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Aquisição de Ações”, que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá

ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$	2012	2013	2014
Saldo da Reserva para aquisição de ações	0,00	0,00	17.000.000,00

c. Descrever como o montante foi calculado

Em 2015 estarão disponíveis para exercício 858.096 opções de compra ou subscrição de ações. Para 2016, estarão disponíveis 361.644 opções de compra ou subscrição de ações para exercício pelos executivos beneficiários dos planos.

O Conselho de Administração entende que a aquisição no mercado de ações ordinárias da Companhia é a melhor forma para contemplar tal propósito. Por esta razão, a Companhia constituiu reserva para aquisição de ações para atender a este objetivo.

Ações em tesouraria	Quantidade de ações	Valor
Constituição da reserva para aquisição de ações em 31/12/2014		R\$ 17.000.000,00
Ações em tesouraria em 31/12/2014 (Nota explicativa – 15, e)	660.000	(R\$ 10.841.176,63)
Saldo disponível para aquisições de ações em tesouraria no exercício de 2015		(R\$ 6.158.823,37)

Durante o ano de 2014 o preço médio ponderado de aquisição das ações ordinárias (“GRND3”) pela Grendene no mercado (BM&FBOVESPA) foi R\$15,18 (R\$20,14 em 2013). A Companhia possui apenas ações ordinárias emitidas.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Em 2014 não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital. Em 2012 e 2013 a retenção baseada em orçamento de capital está demonstrada a seguir.

R\$	2012	2013	2014
Valor Retido com base em Orçamento de Capital	15.878.103,65	408.677,83	0,00
Saldo de reserva de lucros retidos	39.716.105,72	19.072.706,38	0,00

Em 2014, revertemos às sobras dos valores em reserva de capital não utilizados para lucros acumulados e simultaneamente para pagamento de dividendos.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Em 2014 não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R\$	2012	2013	2014
Reservas de Incentivos Fiscais	100.924.701,72	116.940.853,41	257.989.369,78

b. Explicar a natureza da destinação

R\$	2012	2013	2014
ICMS (Provin e Proapi)	18.484.864,00	29.859.399,34	194.711.436,12
Imposto de Renda	82.439.837,72	87.081.454,07	63.277.933,66
Total	100.924.701,72	116.940.853,41	257.989.369,78

Anexo III

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, portanto, além de referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Quanto à remuneração dos membros da diretoria estatutária, os elementos da remuneração dos diretores são: o salário fixo mensal e a remuneração baseada em ações da Companhia.

A remuneração fixa busca remunerar os executivos em condições atrativas em comparação ao mercado visando a atração e retenção de bons profissionais.

A remuneração baseada em ações busca um alinhamento com acionistas incluindo o desempenho das ações no mercado entre os fatores que afetam a renda do executivo. Esta remuneração se dá através de outorga de opções de compra de ações da Companhia com período de aquisição do direito dividido em três anos (1/3 pode ser exercido em 1 ano, 2/3 em dois anos e 3/3 em três anos) de forma a desincentivar o excessivo foco no curto prazo.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2014		
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Diretoria
Remuneração fixa	100%	100%	82%
Remuneração baseada em ações	-	-	18%

	2013		
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Diretoria
Remuneração fixa	100%	100%	58%
Remuneração baseada em ações	-	-	42%

	2012		
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Diretoria
Remuneração fixa	100%	100%	88%
Remuneração baseada em ações	-	-	12%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O montante da remuneração dos Conselheiros é fixada anualmente pela AGO tomando por base valores de mercado e a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração dos Diretores é fixada anualmente pelo Conselho de Administração utilizando os mesmos critérios de mercado e situação da Companhia. Os valores de mercado são obtidos através de pesquisas, informações em jornais e revistas especializadas em negócios sobre remuneração dos administradores.

A quantidade de Opções outorgadas aos executivos é decidida anualmente pelo Comitê previsto no item 2.2 do Regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia tomando-se por base o desempenho da Companhia no ano anterior e de acordo com o Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações aprovado na AGO/AGE de 14 de abril de 2008 e alterações aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012 e 12 de fevereiro de 2015.

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

As principais razões que justificam a composição da remuneração são:

- Contribuir para a atração e retenção dos profissionais;
- Garantir a remuneração adequada ao mercado;
- A situação econômico-financeira da Companhia;
- Incentivo de longo prazo, e;
- Alinhamento de interesses com os acionistas.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores são a evolução do EBIT da Companhia comparativamente à evolução do mercado como um todo; o “share” de participação da Grendene no total das exportações brasileira de calçados; o “share” de participação no consumo aparente brasileiro de calçados e uma avaliação qualitativa dos produtos lançados e satisfação do “trade (varejo)”. A remuneração fixa também leva em conta parâmetros de mercado comparando as práticas da Companhia com aquelas praticadas por Companhias de igual porte para funções de mesma complexidade e responsabilidade e inflação no ano anterior.

A remuneração baseada em ações é feita de acordo com o Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações aprovado em AGO realizada em 14 de abril de 2008 e alterações aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012 e 12 de fevereiro de 2015. A quantidade de opções outorgadas é deliberada em Reunião do Conselho de Administração, que leva em conta basicamente o lucro obtido pela Companhia no exercício anterior e os indicadores acima descritos. As opções são outorgadas com preço de exercício baseado no preço da ação no mercado e esta remuneração só se tornará efetiva se durante a vigência do Plano o valor das ações no mercado crescer mais rapidamente que a correção pelo IPCA, que é aplicado ao preço de exercício da outorga até o exercício da opção.

Conforme previsto, anualmente, durante a vigência do Plano, o Conselho de Administração da Companhia, levando em conta as premissas para outorga, determinará os Beneficiários, na forma prevista na Cláusula I do Plano, estabelecendo, também, o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições a elas relativas.

As Opções, conforme previsto no referido Plano, terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: (i) até 1/3 após um (01) ano contado da data da outorga; (ii) mais 1/3 após 2 anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; (iii) 1/3 restante após 3 anos da data da outorga. As opções terão prazo de vigência de seis (06) anos, contados da data da outorga. A outorga de opções de compra de ações nos termos do referido Regulamento é realizada mediante a celebração dos Contratos de Adesão entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento. O Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso) poderá impor termos e/ou condições prévias para o exercício da opção e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício da Opção, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas. Os Contratos de Adesão serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Adesão, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontre em situações similares ou idênticas. As opções de compra de ações outorgadas nos termos do referido Regulamento, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no referido Regulamento ou no Contrato de Adesão, as opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando de pleno direito todos os seus efeitos, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção; (c)

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

mediante distrato do Contrato de Adesão; ou (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada. A celebração dos Contratos de Adesão implicará na aceitação, pelos Beneficiários, de todas as condições estabelecidas no Plano e no referido Regulamento.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa é comparada com os valores praticados em outras Companhias de igual porte. A remuneração baseada em ações reflete o valor da Companhia, resultado da avaliação do mercado sobre o desempenho da Companhia e da avaliação do Comitê do Conselho de Administração da evolução dos indicadores.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Ver remuneração baseada em ações itens 13.4 – letras “c”, “d” e “e”.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe nenhuma forma de remuneração de Diretores ou Conselheiros, suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários, no entanto, na hipótese de dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia, os Beneficiários do Plano de Opções de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas Opções que já possam ser exercidas (isto é, com período de “*vesting*” já decorrido) no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as Opções serão extintas, da mesma forma que o Regulamento de Plano de Outorga e os respectivos Contratos de Adesão.

13.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal

Valores anuais reconhecidos em 2014

a. Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
b. Número de membros	3	6	3
c. Remuneração segregada em:			
i. Remuneração fixa anual, segregada em:			
• Salário ou pró-labore	R\$3.296.000,00	R\$912.000,00	R\$329.400,00
• Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
• Remuneração por participação em comitês	-	-	-
• Outros (Plano de Saúde)	-	-	-
ii. Remuneração variável, segregada em:			
• Bônus	-	-	-
• Participação nos resultados	-	-	-
• Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
• Comissões	-	-	-
• Outros	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações	R\$709.299,60	-	-
d. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	R\$4.005.299,60	R\$912.000,00	R\$329.400,00
e. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal		R\$5.246.699,60	

Valores anuais reconhecidos em 2013

f. Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
g. Número de membros	3,67	6	3
h. Remuneração segregada em:			
i. Remuneração fixa anual, segregada em:			
• Salário ou pró-labore	R\$3.040.000,00	R\$840.000,00	R\$283.800,00
• Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
• Remuneração por participação em comitês	-	-	-
• Outros (Plano de Saúde)	-	-	-
ii. Remuneração variável, segregada em:			
• Bônus	-	-	-
• Participação nos resultados	-	-	-
• Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
• Comissões	-	-	-
• Outros	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações	R\$2.194.470,60	-	-
i. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	R\$5.234.470,60	R\$840.000,00	R\$283.800,00
j. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal		R\$6.358.270,60	

13.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal

Valores anuais reconhecidos em 2012

a. Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
b. Número de membros	5	6	3
c. Remuneração segregada em:			
i. Remuneração fixa anual, segregada em:			
• Salário ou pró-labore	R\$2.808.000,00	R\$768.000,00	R\$207.000,00
• Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
• Remuneração por participação em comitês	-	-	-
• Outros (Plano de Saúde)	-	-	-
ii. Remuneração variável, segregada em:			
• Bônus	-	-	-
• Participação nos resultados	-	-	-
• Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
• Comissões	-	-	-
• Outros	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações	R\$381.880,00	-	-
d. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	R\$3.189.880,68	R\$768.000,00	R\$207.000,00
e. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal		R\$4.164.880,68	

Valores anuais propostos para 2015: os valores propostos são valores máximos sem encargos para serem deliberados na AGO a ser realizada em 06/04/2015. A remuneração proposta será efetiva desde sua aprovação pela AGO em 06/04/2015 até a próxima AGO a ser realizada em 2016 para aprovar as contas e resultados referentes ao exercício de 2015. Os valores individuais serão posteriormente estabelecidos pelo Conselho de Administração.

a. Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
b. Número de membros	3	6	3
c. Remuneração segregada em:			
i. Remuneração fixa anual, segregada em:			
• Salário ou pró-labore	R\$3.800.000,00	R\$1.000.000,00	R\$400.000,00
• Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
• Remuneração por participação em comitês	-	-	-
• Outros (Plano de Saúde)	-	-	-
ii. Remuneração variável, segregada em:			
• Bônus	-	-	-
• Participação nos resultados	-	-	-
• Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
• Comissões	-	-	-
• Outros	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações	R\$1.500.000,00	-	-
d. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	R\$5.300.000,00	R\$1.000.000,00	R\$400.000,00
e. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal		R\$6.700.000,00	

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A política de remuneração da Grendene S.A. não contempla programas de remuneração variável para os membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

O Regulamento do Programa estabelece as regras relativas ao Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da GRENDENE S.A. e suas empresas controladas (“Companhia”), instituído no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia (“Plano”), submetido à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 14 de abril de 2008. O Plano e o Regulamento atualmente em vigor foram recomendados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de março de 2008 e alterações aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012 e de 12 de fevereiro de 2015.

Definições estabelecidas no Plano:

Para os fins do REGULAMENTO de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações atualmente em vigor, os termos abaixo empregados, respeitam as definições a seguir:

- i) Acionista: pessoa física ou jurídica titular de ação da Companhia;
- ii) Ações: ações ordinárias nominativas que serão ou já foram emitidas pela Companhia;
- iii) Beneficiário: o Colaborador Elegível a quem é outorgada efetivamente a Opção;
- iv) Colaboradores Elegíveis: executivos em níveis de Administradores, Diretoria e de Gerência, excetuados aqueles que fazem parte do Controle Acionário, aptos a participar do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, na forma da indicação prevista no referido Regulamento;
- v) Companhia: a sociedade GRENDENE S.A. e suas empresas controladas;
- vi) Contrato de Adesão: o Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, celebrado entre a Companhia e o Colaborador Elegível, por meio do qual este último se torna participante do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações;
- vii) Data de Outorga: a data de assinatura do Contrato de Adesão, que formalizará a outorga das Opções aos Beneficiários;
- viii) Desligamento: significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição do Beneficiário como administrador e rescisão do contrato de trabalho;
- ix) Exercício das Opções: a efetiva compra ou subscrição, pelo Beneficiário, de ações relativas às opções a ele outorgadas pelo Contrato de Adesão;
- x) Opção ou Opções: a possibilidade de os Beneficiários adquirirem ou subscreverem ações da Companhia por preço previamente fixado, durante um determinado período de tempo, atendidas as condições estabelecidas no Regulamento;
- xi) Opção(ões) Exercível(is): a(s) Opção(ões) que atendeu(eram) às condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações (regras de reserva de direito), portanto passível(eis) de ser(em) exercida(s).
- xii) Opção(ões) não Exercível(is): a(s) Opção(ões) que não atendeu(eram) as condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações.
- xiii) Período de Exercício de Opção: período compreendido entre a data em que é possível comprar ou subscrever as ações e a data limite para a compra ou subscrição;
- xiv) Regulamento: o referido Instrumento, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral da Companhia;
- xv) Preço de Exercício da Opção: valor determinado a ser pago pelo Beneficiário para a compra ou subscrição das ações objeto da opção a ele outorgada;
- xvi) Reserva de Direito (Vesting): período estabelecido pela Companhia que antecede o prazo para o exercício da opção de compra ou subscrição de ações pelo Beneficiário.

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, disciplinado pelo REGULAMENTO, tem por objetivo estabelecer regras para que determinados executivos da Companhia possam adquirir ações de sua emissão, visando, com isso, reforçar os níveis de atração, retenção e motivação de talentos, bem como alinhar interesses de executivos aos dos acionistas na geração de resultados e criação sustentável de valor. A meta é criar incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opções de compra de ações (“stock options”), que consiste na concessão de um direito - e não uma obrigação – de comprar ações da Companhia a preços e prazos pré-definidos. O ganho potencial do Beneficiário será o resultado da Compra e Venda das Ações, ou seja, a eventual valorização da ação sobre o preço de exercício.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Uma parte da remuneração dos executivos (aquela baseada em ações) passa a depender do valor das ações no mercado que por sua vez refletem o valor do investimento dos acionistas. O fato das opções terem um período de *vesting* (exercício de 1/3 a cada ano a partir da data de outorga) e um prazo de 6 anos para o exercício incentiva a perseguição de metas de longo prazo e pune ações imediatistas de curto prazo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Remuneração baseada em ações é a única forma de remuneração variável da Companhia e o elemento que liga a remuneração dos executivos à remuneração dos acionistas na forma de valorização de suas ações.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Terminado o período de *vesting* previsto no regulamento o beneficiário poderá exercer suas opções de compra de ações após a divulgação dos resultados anuais e/ou trimestrais conforme deliberação do Conselho de Administração. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de “*Vesting*”. O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que: tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior, respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. Além disso, a seu exclusivo critério o Conselho de Administração poderá autorizar o exercício de opções com direito já adquirido, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes a divulgação dos resultados trimestrais, respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente, observados os prazos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, pelo Comitê (se for o caso), pelo Regulamento (especialmente, mas não limitado aos limites previstos pelo período de *vesting*) e pelos Contratos de Adesão. A parcela de Opção não exercida até a data prevista no regulamento será considerada extinta automaticamente, sem qualquer direito a indenização. O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com a Companhia ou com suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e/ou trimestrais conforme deliberação do Conselho de Administração. Na Notificação de Exercício, o Beneficiário deverá indicar a quantidade de ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso. Com a continuidade do plano e a permanência do executivo na empresa o mesmo será detentor de opções que podem ser exercidas no curto, médio e longo prazo e cujo valor depende da diferença entre o preço de exercício das opções e o preço das ações negociadas no mercado, sendo tanto maior quanto maior for esta diferença. Portanto, será do interesse dos executivos que as ações emitidas pela Companhia apresentem uma valorização contínua e sustentável o que também é do interesse dos acionistas da Companhia.

f. Número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgados nos termos do Plano de Outorga de Opções e do Regulamento em vigor terão o limite total de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. As ações resultantes do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais. Os atuais acionistas não terão preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações, previstos no referido Regulamento, conforme disposto no art. 171, § 3º da Lei 6404/76.

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o Conselho de Administração deverá efetuar o ajuste correspondente ao número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada Opção em vigor e seu respectivo preço de aquisição ou subscrição, conforme o caso, informando aos Beneficiários por escrito.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Os critérios são os mesmos do item anterior. A empresa prevê sempre a outorga e uma opção para compra de uma ação conforme critérios definidos no Plano.

h. Condições de aquisição de ações

Terminado o período de *vesting* previsto no regulamento o beneficiário poderá exercer suas opções de compra de ações após a divulgação dos resultados anuais e/ou trimestrais conforme deliberação do Conselho de Administração. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de “*Vesting*”. O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que: tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior, respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. Além disso, a seu exclusivo critério o Conselho de Administração poderá autorizar o exercício de opções com direito já adquirido, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes a divulgação dos resultados trimestrais, respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente, observados os prazos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, pelo Comitê (se for o caso), pelo Regulamento (especialmente, mas não limitado aos limites previstos pelo período de *vesting*) e pelos Contratos de Adesão. A parcela de Opção não exercida até a data prevista no regulamento será considerada extinta automaticamente, sem qualquer direito a indenização. O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com a Companhia ou com suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e/ou trimestrais conforme deliberação do Conselho de Administração. Na Notificação de Exercício, o Beneficiário deverá indicar a quantidade de ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Aprovada a emissão das ações ou transferência de ações em tesouraria, conforme o caso e a deliberação do Conselho de Administração, as ações resultado dos Exercícios de Opção serão transferidas ou lançadas em nome do respectivo Beneficiário, que deverá pagar à Companhia o Preço de Emissão em até cinco (05) dias após o registro ou transferência.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço do Exercício da opção será baseado na média ponderada por volume da cotação da ação no mês anterior ao da outorga e ajustado pela inflação (IPCA) até o Exercício da Opção, estabelecido, pois, como critério de fixação do preço de emissão o art. 170, § 1º, III, da Lei 6404/76. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 50% sobre o resultado da média referida neste item. A aplicação do referido desconto não cria direito adquirido, a favor do mesmo ou de outros Beneficiários, a similares descontos em outras emissões de ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após um (01) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 anos da data da outorga. As opções terão prazo de vigência de seis (06) anos, contados da data da outorga.

Os prazos foram estabelecidos para gerar incentivos de longo prazo.

k. Forma de liquidação

O pagamento do preço do Exercício de Opção deverá ser na data determinada pela Companhia, em moeda corrente nacional por meio de (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

I. Restrições à transferência das ações

As ações adquiridas pelos beneficiários no âmbito deste plano não têm quaisquer restrições de transferência, entretanto, conforme prevê o Regulamento, O Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso), poderá impor termos e/ou condições prévias para o exercício da opção e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício da Opção, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas. Os Contratos de Adesão serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Adesão, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O “PLANO” e o REGULAMENTO entraram em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término da vigência respeitará os direitos adquiridos, não afetando a eficácia das Opções ainda em vigor, outorgadas com base nele.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Regulamento ou no Contrato de Adesão, as opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando de pleno direito todos os seus efeitos, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção; (c) mediante distrato do Contrato de Adesão; ou (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada. Entretanto, na hipótese de dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia, os Beneficiários do Plano de Opções de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas Opções que já possam ser exercidas (isto é, com período de “*vesting*” já decorrido) no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as Opções serão extintas, da mesma forma que o Regulamento de Plano de Outorga e os respectivos Contratos de Adesão.

O Regulamento não impedirá a realização de quaisquer operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as Sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto das Opções por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da Opção de aquisição das Ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o REGULAMENTO, poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no item 6.2 do Regulamento, transcrito abaixo.

6.2. Se, a qualquer tempo da vigência do Plano, o Beneficiário: a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o respectivo contrato, se houver, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as Opções Não Exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Exercíveis poderão ser exercidas no prazo de até trinta (30) dias, após o que ficarão automaticamente extintas, independentemente de aviso, notificação ou intimação; b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, por justa causa ou destituição de seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

respectivo, se houver, sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data do seu desligamento, ficarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização; (ii) as Opções Exercíveis deverão ser exercidas improrrogavelmente em até trinta (30) dias a contar do anúncio do desligamento, após o que restarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização; d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando o prazo de carência; e (ii) as Opções Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão na data de seu desligamento permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas normalmente nos termos do Contrato; e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva Opção no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização.

E itens 6.3 e 6.4 do Regulamento também transcritos abaixo:

6.3. No caso de demissões sem justa causa que ocorram no período de 12 meses após uma mudança de controle, na forma da lei, todas as opções se tornam exercíveis.

6.4. O Conselho de Administração terá liberdade e autonomia para decidir os casos excepcionais e/ou alterar as regras acima previstas, sem prejuízo de direitos já exercidos e/ou adquiridos anteriormente à sua deliberação.

13.5 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais

Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Notas:

(*) Estão incluídas as ações de propriedade dos acionistas controladores Alexandre Grendene Bartelle e Pedro Grendene Bartelle e dos demais acionistas vinculados ao acordo de acionistas da Companhia.

Acionistas	31/12/2014	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	220.769.984	73,413802%
Membros da Diretoria Estatutária	577.450	0,192022%
Membros do Conselho Fiscal	-	-
Total de ações	221.347.434	73,605824%

Acionistas	31/12/2013	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	222.697.184	74,054663%
Membros da Diretoria Estatutária	483.954	0,160932%
Membros do Conselho Fiscal	-	-
Total de ações	223.181.138	74,215595%

Acionistas	31/12/2012	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	224.903.484	74,788335%
Membros da Diretoria Estatutária (**)	285.045	0,094788%
Membros do Conselho Fiscal	-	-
Total de ações	225.188.529	74,883123%

13.6 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia efetuou até 31/12/2014 sete outorgas de ações em 2008 (Plano I), 2009 (Plano II), 2010 (Plano III), 2011 (Plano IV), 2012 (Plano V), 2013 (Plano VI) e em 2014 (Plano VII). Os beneficiários dos planos são Diretores da Companhia, exceto os Acionistas Controladores e Gerentes conforme definido pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não fazem parte do programa.

Os dados a seguir se referem apenas aos três Diretores estatutários que fazem parte do programa.

a. Órgão	Diretoria			
b. Número de membros	3 (três)			
c. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	Plano IV (2011)	Plano V (2012)	Plano VI (2013)	Plano VII (2014)
i. Data de outorga	24 de fevereiro de 2011	01 de março de 2012	28 de fevereiro de 2013	13 de fevereiro de 2014
ii. Quantidade de opções outorgadas	502.248	90.708	261.870	119.010
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.			
iv. Prazo máximo para exercício das opções	23 de fevereiro de 2017	28 de fevereiro de 2018	27 de fevereiro de 2019	12 de fevereiro de 2020
v. Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				
• Em aberto no início do exercício social	R\$9,76 (na outorga, corrigido pelo IPCA desde a data da outorga até o exercício da opção)	R\$3,92 (na outorga, corrigido pelo IPCA desde a data da outorga até o exercício da opção)	R\$8,57 (na outorga, corrigido pelo IPCA desde a data da outorga até o exercício da opção)	R\$8,79 (na outorga, corrigido pelo IPCA desde a data da outorga até o exercício da opção)
• Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
• Exercidas durante o exercício social	R\$10,80	R\$4,33	R\$9,55	R\$9,84
• Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
d. Valor justo das opções na data de outorga	R\$12,00 – R\$10,80 = R\$1,20	R\$8,54 – R\$4,33 = R\$4,21	R\$17,93 – R\$9,55 = R\$8,38	R\$15,80 – R\$9,84 = R\$5,96
e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,17%	0,03%	0,09%	0,04%

As opções outorgadas referentes aos Planos I, II e III foram exercidas de forma total em março de 2013.

13.7 – Remunerações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Valores referentes ao exercício de 2014

a. Órgão	Diretoria			
b. Número de membros	3 (três)			
c. Em relação às opções ainda não exercíveis	Plano IV (2011)	Plano V (2012)	Plano VI (2013)	Plano VII (2014)
i. Quantidade	120.509	30.236	174.580	119.010
ii. Data em que se tornarão exercíveis	24/02/2014 – 120.509	28/02/2015 – 30.236	01/03/15 – 87.290 01/03/16 – 87.290	12/02/15 – 39.670 12/02/16 – 39.670 12/02/17 – 39.670
iii. Prazo máximo para exercício das opções	23 de fevereiro de 2017	28 de fevereiro de 2018	27 de fevereiro de 2019	12 de fevereiro de 2020
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-
v. Preço médio ponderado de exercício	R\$10,80	R\$4,33	R\$9,55	R\$9,84
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$1,20	R\$4,21	R\$8,38	R\$5,96
d. Em relação às opções exercíveis				
i. Quantidade	120.509	30.236	87.290	39.670
ii. Prazo máximo para exercício das opções	23 de fevereiro de 2017	28 de fevereiro de 2018	27 de fevereiro de 2019	12 de fevereiro de 2020
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-
iv. Preço médio ponderado de exercício	R\$10,80	R\$4,33	R\$9,55	R\$9,84
v. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$1,20	R\$4,21	R\$8,38	R\$5,96
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$144.610,80	R\$127.293,56	R\$731.490,20	R\$236.433,20

13.8 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

a. Órgão	Diretoria						
b. Número de membros	3 (três)						
c. Em relação às opções exercidas informar:	Plano I (2008)	Plano II (2009)	Plano III (2010)	Plano IV (2011)	Plano V (2012)	Plano VI (2013)	Plano VII (2014)
i. Número de ações	2009 – 107.100 2010 – 107.166 2011 – 222.543 2013 – 107.151	2010 – 54.984 2011 – 96.495 2012 – 75.491 2013 – 247	2013 – 179.308	2013 – 334.832 2014 – 46.907	2013 – 30.236 2014 – 30.236	2014 – 87.290	–
ii. Preço médio ponderado de exercício	2009 – R\$7,05 2010 – R\$7,29 2011 – R\$6,64 2013 – R\$10,15	2010 – R\$4,12 2011 – R\$6,64 2012 – R\$3,92 2013 – R\$10,15	2013 – R\$10,15	2013 – R\$10,15 2014 – R\$8,87	2013 – R\$10,15 2014 – R\$8,87	2014 – R\$8,87	–
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$1.443.261,36	R\$185.012,35	R\$1.956.250,28	R\$4.104.262,46	R\$620.745,08	R\$839.729,80	–
d. Em relação às ações entregues informar:							
i. Número de ações	543.960	227.217	179.308	381.739	60.472	87.290	–
ii. Preço médio ponderado de aquisição	2009 – R\$8,26 2010 – R\$7,29 2011 – R\$7,29 2013 – R\$21,06	2010 – R\$6,31 2011 – R\$6,64 2012 – R\$4,74 2013 – R\$21,06	2013 – R\$21,06	2013 – R\$21,06 2014 – R\$18,49	2013 – R\$21,06 2014 – R\$18,49	2014 – R\$18,49	–
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$1.443.261,36	R\$185.012,35	R\$1.956.250,28	R\$4.104.262,46	R\$620.745,08	R\$839.729,80	–

13.9 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

	Plano I (2008)	Plano II (2009)	Plano III (2010)	Plano IV (2011)	Plano V (2012)	Plano VI (2013)	Plano VII (2014)
a. Modelo de precificação	Black and Scholles	Black and Scholles	Black and Scholles	Black and Scholles	Black and Scholles	Black and Scholles	Black and Scholles
b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	<p>1) Outorga em 25/04/2008</p> <p>1.1) Total de opções de compra concedido: 543.960</p> <p>1.2) Preço de exercício: R\$7,30 (R\$6,59 atualizado pelo IPCA até fev/14 de 30,9% = R\$8,63 projetado pelo preço médio da opção.)</p> <p>1.3) Volatilidade estimada: 36,5%</p> <p>1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 6%</p> <p>1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 12,0%</p> <p>1.6) Maturidade máxima: 6 anos</p> <p>1.7) Valor justo médio ponderado na data de concessão igual ao valor estimado do ativo objeto, menos o preço do exercício pelo IPCA até a data do exercício: R\$7,61 – R\$7,30 = R\$0,31</p> <p>* Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.</p> <p>** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).</p>	<p>1) Outorga em 05/03/2009</p> <p>1.1) Total de opções de compra concedido: 227.217</p> <p>1.2) Preço de exercício: R\$4,26 (R\$3,91 atualizado pelo IPCA até fev/14 de 24,7% = R\$4,87 projetado pelo preço médio da opção)</p> <p>1.3) Volatilidade estimada: 36,5%</p> <p>1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 9%</p> <p>1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 9,25%</p> <p>1.6) Maturidade máxima: 6 anos</p> <p>1.7) Valor justo médio ponderado na data de concessão igual ao valor estimado do ativo objeto, menos o preço do exercício pelo IPCA até a data do exercício: R\$4,68 – R\$4,26 = R\$0,42</p> <p>* Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.</p> <p>** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).</p>	<p>1) Outorga em 04/03/2010</p> <p>1.1) Total de opções de compra concedido: 179.308</p> <p>1.2) Preço de exercício: R\$10,08 (R\$9,16 atualizado pelo IPCA até fev/14 de 19,0% = R\$10,90 projetado pelo preço médio da opção.)</p> <p>1.3) Volatilidade estimada: 32,8%</p> <p>1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 4%</p> <p>1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 11,25%</p> <p>1.6) Maturidade máxima: 6 anos</p> <p>1.7) Valor justo médio ponderado na data de concessão igual ao valor estimado do ativo objeto, menos o preço do exercício pelo IPCA até a data do exercício: R\$12,36 – R\$10,08 = R\$2,28</p> <p>* Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.</p> <p>** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).</p>	<p>1) Outorga em 24/02/2011</p> <p>1.1) Total de opções de compra concedido: 502.248</p> <p>1.2) Preço de exercício: R\$10,80 (R\$9,76 atualizado pelo IPCA de 24,9% = R\$12,19 projetado pelo preço médio da opção.)</p> <p>1.3) Volatilidade estimada: 27,6%</p> <p>1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 4%</p> <p>1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 12,50%</p> <p>1.6) Maturidade máxima: 6 anos</p> <p>1.7) Valor justo médio ponderado na data de concessão igual ao valor estimado do ativo objeto, menos o preço do exercício pelo IPCA até a data do exercício: R\$12,00 – R\$10,80 = R\$1,20</p> <p>* Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.</p> <p>** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).</p>	<p>1) Outorga em 01/03/2012</p> <p>1.1) Total de opções de compra concedido: 90.708</p> <p>1.2) Preço de exercício: R\$4,33 (R\$3,92 atualizado pelo IPCA de 17,6% = R\$4,61 projetado pelo preço médio da opção.)</p> <p>1.3) Volatilidade estimada: 14,07%</p> <p>1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 7%</p> <p>1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 9,50%</p> <p>1.6) Maturidade máxima: 6 anos</p> <p>1.7) Valor justo médio ponderado na data de concessão igual ao valor estimado do ativo objeto, menos o preço do exercício pelo IPCA até a data do exercício: R\$8,54 – R\$4,33 = R\$4,21</p> <p>* Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.</p> <p>** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).</p>	<p>1) Outorga em 28/02/2013</p> <p>1.1) Total de opções de compra concedido: 261.870</p> <p>1.2) Preço de exercício: R\$9,55 (R\$8,57 atualizado pelo IPCA de 11,1% = R\$9,52 projetado pelo preço médio da opção.)</p> <p>1.3) Volatilidade estimada: 25,51%</p> <p>1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 5%</p> <p>1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 7,25%</p> <p>1.6) Maturidade máxima: 6 anos</p> <p>1.7) Valor justo médio ponderado na data de concessão igual ao valor estimado do ativo objeto, menos o preço do exercício pelo IPCA até a data do exercício: R\$17,93 – R\$9,55 = R\$8,38</p> <p>* Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.</p> <p>** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).</p>	<p>1) Outorga em 13/02/2014</p> <p>1.1) Total de opções de compra concedido: 119.010</p> <p>1.2) Preço de exercício: R\$9,84 (R\$8,79 atualizado pelo IPCA de 5,5% = R\$9,27 projetado pelo preço médio da opção.)</p> <p>1.3) Volatilidade estimada: 26,35%</p> <p>1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 6%</p> <p>1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 11,25%</p> <p>1.6) Maturidade máxima: 6 anos</p> <p>1.7) Valor justo médio ponderado na data de concessão igual ao valor estimado do ativo objeto, menos o preço do exercício pelo IPCA até a data do exercício: R\$15,80 – R\$9,84 = R\$5,96</p> <p>* Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.</p> <p>** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).</p>
c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene S.A.	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene S.A.	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene S.A.	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene S.A.	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene S.A.	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene S.A.	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene S.A.

	Plano I (2008)	Plano II (2009)	Plano III (2010)	Plano IV (2011)	Plano V (2012)	Plano VI (2013)	Plano VII (2014)
d. Forma de determinação da volatilidade esperada	A volatilidade foi calculado com base na variação do preço diário de fechamento da ação da BM&FBOVESPA dos 18 meses anteriores a data de outorga.	A volatilidade foi calculado com base na variação do preço diário de fechamento da ação da BM&FBOVESPA dos 18 meses anteriores a data de outorga.	A volatilidade foi calculado com base na variação do preço diário de fechamento da ação da BM&FBOVESPA dos 18 meses anteriores a data de outorga.	A volatilidade foi calculado com base na variação do preço diário de fechamento da ação da BM&FBOVESPA dos 18 meses anteriores a data de outorga.	A volatilidade foi calculado com base na variação do preço diário de fechamento da ação da BM&FBOVESPA dos 18 meses anteriores a data de outorga.	A volatilidade foi calculado com base na variação do preço diário de fechamento da ação da BM&FBOVESPA dos 18 meses anteriores a data de outorga.	A volatilidade foi calculado com base na variação do preço diário de fechamento da ação da BM&FBOVESPA dos 18 meses anteriores a data de outorga.
e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não mantém Planos de Previdência para seus administradores.

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	3,00	3,67	5,00	6,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.673.329,44	2.403.218,76	1.075.881,00	152.000,00	140.000,00	128.000,00	109.800,00	94.600,00	69.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.027.305,14	60.000,00	180.000,00	152.000,00	140.000,00	128.000,00	109.800,00	94.600,00	69.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.335.099,87	1.427.582,89	652.425,00	152.000,00	140.000,00	128.000,00	109.800,00	94.600,00	69.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A Grendene não faz pagamentos a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos. O único pagamento feito é aos próprios acionistas controladores (Sr. Alexandre Grendene Bartelle que exerce a função de Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Pedro Grendene Bartelle que exerce a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração).

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Valores reconhecidos em razão que não a função que ocupam.

R\$	2012	2013	2014
Conselho de administração	R\$236.470,18	R\$122.270,84	R\$72.000,00

Os demais administradores e membros do Conselho Fiscal não recebem qualquer remuneração que não seja em razão da função que ocupam na empresa.

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A Companhia não tem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária.

13.16 – Outras informações relevantes

Informamos que a íntegra do Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 14 de Abril de 2008 e as alterações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012 e 12 de fevereiro de 2015, está disponível para consulta nos sites da CVM, BM&FBOVESPA e no site de relações com investidores da Companhia.

Comissão de Valores Mobiliários – <http://www.cvm.gov.br>

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – <http://www.bmfbovespa.com.br>

Grendene – Rel. com Investidores – <http://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Stock-Options>

Plano de opções de ações

As informações contidas nos itens anteriores referem-se apenas aos Diretores. Entretanto é preciso esclarecer que o plano de opções de ações, administrado pelo Conselho de Administração prevê como beneficiários os executivos em níveis de Administradores, além dos diretores acima inclui também os principais gerentes. Para maior transparência transcrevemos abaixo a **nota explicativa nº 20** das demonstrações financeiras.

20. Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o “Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações”, a vigorar a partir de 14 de Abril de 2008, para diretores e gerentes da Companhia, exceto diretores controladores. O Plano é administrado

13.16 – Outras informações relevantes

pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um Comitê especialmente criado para tanto.

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Opções estão limitadas a 5% do capital social da Companhia. As ações a serem entregues como resultados do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais.

Os beneficiários do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 6 anos contados da data de outorga. O período de carência (vesting) será de até 3 anos, com liberações de 33% a partir do primeiro aniversário, 66% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou a despesa com remuneração por meio de opções de compras de ações, como despesa com pessoal, com base no valor justo das operações na data da concessão das mesmas, no valor de R\$3.266 (R\$4.492 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui quatro planos vigentes: 4º Plano outorgado em 24 de fevereiro de 2011; 5º Plano outorgado em 1º de março de 2012; 6º Plano outorgado em 28 de fevereiro de 2013; e o 7º Plano outorgado em 13 de fevereiro de 2014.

a) Resumo de outorga de opções de compra ou subscrição de ações

A composição das opções outorgadas e as movimentações ocorridas são demonstradas a seguir:

2014								
Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	5.956	-	-	-	5.956
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	5.956	-	-	-	5.956
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	498.983	-	(141.963)	-	357.020
01/03/2012	4,33	01/03/2013	108.949	-	-	-	-	-
01/03/2012	4,33	01/03/2014	217.898	99.620	-	(94.966)	-	4.654
01/03/2012	4,33	01/03/2015	326.847	99.620	-	-	(3.168)	96.452
28/02/2013	9,55	28/02/2014	265.183	253.267	-	(226.853)	-	26.414
28/02/2013	9,55	28/02/2015	530.366	253.267	-	-	(10.193)	243.074
28/02/2013	9,55	28/02/2016	795.549	253.267	-	-	(10.193)	243.074
13/02/2014	9,84	13/02/2015	123.386	-	123.386	-	(4.816)	118.570
13/02/2014	9,84	13/02/2016	246.772	-	123.386	-	(4.816)	118.570
13/02/2014	9,84	13/02/2017	370.158	-	123.386	-	(4.816)	118.570
				1.469.936	370.158	(463.782)	(38.002)	1.338.310

2013								
Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final
25/04/2008	7,30	25/04/2009	679.967	60.494	-	(60.494)	-	-
25/04/2008	7,30	25/04/2010	1.359.934	164.737	-	(164.737)	-	-
25/04/2008	7,30	25/04/2011	2.039.901	228.494	-	(228.494)	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2010	300.000	-	-	-	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2011	600.000	-	-	-	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2012	900.000	247	-	(247)	-	-
04/03/2010	10,08	04/03/2011	233.333	209.327	-	(209.327)	-	-
04/03/2010	10,08	04/03/2012	466.666	209.327	-	(209.327)	-	-
04/03/2010	10,08	04/03/2013	700.000	209.328	-	(209.328)	-	-
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	534.400	-	(528.444)	-	5.956
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	534.400	-	(528.444)	-	5.956
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	534.400	-	-	(35.417)	498.983
01/03/2012	4,33	01/03/2013	108.949	106.727	-	(106.727)	-	-
01/03/2012	4,33	01/03/2014	217.898	106.727	-	-	(7.107)	99.620
01/03/2012	4,33	01/03/2015	326.847	106.727	-	-	(7.107)	99.620
28/02/2013	9,55	28/02/2014	265.183	-	265.183	-	(11.916)	253.267
28/02/2013	9,55	28/02/2015	530.366	-	265.183	-	(11.916)	253.267
28/02/2013	9,55	28/02/2016	795.549	-	265.183	-	(11.916)	253.267
				3.005.335	795.549	(2.245.569)	(85.379)	1.469.936

13.16 – Outras informações relevantes

2012								
Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final
25/04/2008	7,30	25/04/2009	679.967	74.772	-	-	(14.278)	60.494
25/04/2008	7,30	25/04/2010	1.359.934	179.015	-	-	(14.278)	164.737
25/04/2008	7,30	25/04/2011	2.039.901	264.723	-	(12.633)	(23.596)	228.494
05/03/2009	4,26	05/03/2010	300.000	10.338	-	(10.338)	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2011	600.000	10.338	-	(10.338)	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2012	900.000	276.938	-	(276.691)	-	247
04/03/2010	10,08	04/03/2011	233.333	218.250	-	-	(8.923)	209.327
04/03/2010	10,08	04/03/2012	466.666	218.250	-	-	(8.923)	209.327
04/03/2010	10,08	04/03/2013	700.000	218.251	-	-	(8.923)	209.328
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	555.392	-	-	(20.992)	534.400
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	555.392	-	-	(20.992)	534.400
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	555.392	-	-	(20.992)	534.400
01/03/2012	4,33	01/03/2013	108.949	-	108.949	-	(2.222)	106.727
01/03/2012	4,33	01/03/2014	217.898	-	108.949	-	(2.222)	106.727
01/03/2012	4,33	01/03/2015	326.847	-	108.949	-	(2.222)	106.727
				3.137.051	326.847	(310.000)	(148.563)	3.005.335

O valor justo das opções é calculado na data da outorga dos planos, e não é remensurado posteriormente, devido à liquidação do plano ser feita por meio de instrumentos patrimoniais, como descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações. Por isso, a Companhia fica sujeita à variação do preço da ação no mercado quando do exercício das opções por parte dos beneficiários dos planos.

Em 2014 a Companhia adquiriu, para cumprimento dos planos de exercício de opção de compra de ações, 605.782 ações, a um preço médio de R\$15,63 totalizando R\$9.471. No primeiro trimestre foram exercidas 463.782 ações, a um preço médio de R\$18,49, totalizando um montante de R\$8.574. O preço médio de cada opção exercida foi de R\$8,87, totalizando um montante de R\$4.115.

A Companhia reconheceu a diferença entre o preço médio de exercício das opções e as ações adquiridas para cumprimento destes exercícios, no valor de R\$1.758, diretamente no Patrimônio Líquido, uma vez que a liquidação das opções dos planos ocorre com instrumentos patrimoniais, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações.

13.16 – Outras informações relevantes

b) Movimentação das operações com opção de ações

A movimentação das operações de alienação, cancelamentos e aquisição ocorridas no exercício decorrente das operações com opções, está demonstrada a seguir:

Plano de opção de compra ou subscrição de ações	Movimentação	Data da outorga / realização	Quantidade máxima de ações	Quantidade de ações ordinárias	Preço médio da ação	Despesa realizada por opção de ações exercidas e canceladas
Quarto	Opções de compra de ações emitidas	24/02/2011	1.741.632	-	9,76	-
	(-) Canceladas	01/07/2011	-	(75.456)	9,76	-
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(62.976)	9,76	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	-	(653.682)	10,23	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	-	(403.206)	10,04	-
	(-) Canceladas	25/03/2013	-	(7.786)	9,76	-
	(-) Canceladas	10/05/2013	-	(7.334)	9,76	-
	(-) Canceladas	01/08/2013	-	(12.631)	9,76	-
	(-) Canceladas	26/09/2013	-	(7.666)	9,76	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	10/03/2014	-	(141.963)	9,76	(247)
Quinto	Opções de compra de ações emitidas	01/03/2012	326.847	-	3,92	-
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(6.666)	3,92	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	-	(66.885)	10,23	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	-	(39.842)	10,04	-
	(-) Canceladas	25/03/2013	-	(3.016)	3,92	-
	(-) Canceladas	10/05/2013	-	(2.840)	3,92	-
	(-) Canceladas	01/08/2013	-	(4.922)	3,92	-
	(-) Canceladas	26/09/2013	-	(3.436)	3,92	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	10/03/2014	-	(94.966)	3,92	(400)
	(-) Canceladas	28/04/2014	-	(3.168)	3,92	(9)
Sexto	Opções de compra de ações emitidas	28/02/2013	795.549	-	8,57	-
	(-) Canceladas	10/05/2013	-	(9.156)	8,57	-
	(-) Canceladas	01/08/2013	-	(14.943)	8,57	-
	(-) Canceladas	26/09/2013	-	(11.649)	8,57	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	10/03/2014	-	(226.853)	8,57	(1.944)
	(-) Canceladas	01/04/2014	-	(5.646)	8,57	(24)
	(-) Canceladas	28/04/2014	-	(14.740)	8,57	(64)
Sétimo	Opções de compra de ações emitidas	13/02/2014	370.158	-	8,79	-
	(-) Canceladas	01/04/2014	-	(5.337)	8,79	(5)
	(-) Canceladas	28/04/2014	-	(9.111)	8,79	(8)
Movimentação das ações no patrimônio líquido						(2.701)

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados

A Companhia reconhece as despesas com remuneração variável dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, o qual foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções "Black-Scholes". Para determinar este valor justo médio ponderado, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	4° Plano	5° Plano	6° Plano	7° Plano
Data da outorga	24/02/2011	01/03/2012	28/02/2013	13/02/2014
Total de opções de compra concedido	1.741.632	326.847	795.549	370.158
Preço de exercício	10,80	4,33	9,55	9,84
Volatilidade estimada	27,60%	14,07%	25,51%	26,35%
Dividendo esperado sobre as ações	4%	7%	5%	6%
Taxa de juros livre de risco média ponderada	12,50%	9,50%	7,25%	11,25%
Maturidade máxima	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos
Maturidade média	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos
Valor prêmio da opção	1,20	4,21	8,38	5,96
Valor justo na data da concessão	12,00	8,54	17,93	15,80

A volatilidade foi apurada com base na oscilação média histórica do preço da ação dos últimos 18 meses anteriores à data da outorga.

Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.

A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgada pelo Banco Central (BACEN).

O valor justo das opções é calculado no momento da outorga e apropriado como despesa, em base linear, durante o período de aquisição do direito (*vesting period*).

A Companhia não está compromissada à recompra de ações que forem adquiridas pelos beneficiários.